

ABERTURA DO CONSELHO REGIONAL DA AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Santa Cruz da Graciosa, 6 de fevereiro de 2019

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Gostaria de vos transmitir, em primeiro lugar, o gosto que é para mim estar nesta reunião do Conselho Regional de Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural porque permite, de forma mais direta e para além de todo aquele que é o trabalho que o Governo desenvolve ao mais variado nível, que este seja também um momento de reflexão e de auscultação.

No fundo, do cumprimento daquelas que são as funções legalmente cometidas a este órgão e que são funções que, da parte do Governo dos Açores, ajuizamos como pertinentes e como importantes em qualquer circunstância e, sobretudo, neste momento que vivemos, nos mais variados domínios, incluindo a nível europeu, com relevância para a agricultura e para o mundo rural na nossa Região.

Este encontro decorre num momento particularmente importante e particularmente exigente do ponto de vista da nossa relação, enquanto Região, com uma das instituições de referência e com os espaços políticos de referência, sobretudo na área da agricultura, que tem muita influência naquilo que desenvolvemos aqui na nossa Região e, também, no nosso país.

Falo, naturalmente, da discussão do Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia para o horizonte 2021-2027, que, fruto de um conjunto variado de circunstâncias, quer na parte referente aos montantes, quer nas opções políticas que são tomadas pela Comissão Europeia na proposta que apresenta relativamente à forma como encara a participação e a colaboração das entidades regionais, das regiões e dos Estados membros, tem merecido, da parte do Governo dos Açores, uma postura de crítica clara.

De crítica clara não só naquilo que tem a ver com montantes - salientando nesta parte dos montantes, fundamentalmente, aquilo que se passa ao nível do POSEI e não só -, mas também ao nível daquelas que são as opções políticas neste domínio, com uma centralização ao nível da Comissão Europeia daqueles que são procedimentos e definições políticas que devem estar - como estiveram até este momento - na mão dos Estados-membro e das regiões.

Na componente financeira, há um dado objetivo que se coloca nesta proposta da Comissão Europeia e que é a perspetiva de aumentar a taxa de comparticipação das regiões de 15 para 30 por cento.

Nós entendemos que essa não é uma proposta que tenha justificação num quadro em que existem programas e políticas que são especialmente dirigidas a regiões como as Regiões Ultraperiféricas e que, para nós, se deve manter claramente naquilo que são os 15 por cento.

Estamos a falar de uma duplicação, segundo a proposta da Comissão Europeia, da taxa de esforço das entidades regionais, dos Estados-membro e isso tem, necessariamente, consequências quanto à nossa capacidade de execução.

Este é um aspeto no qual temos estado centrados, que temos desenvolvido do ponto de vista de ação a nível europeu e que me parece que, até uma decisão global sobre esta matéria, teremos que continuar a manter a pressão.

É um dado de conjuntura externa à nossa Região, mas que pode influenciar decisivamente a forma como, aqui nos Açores, nós estaremos preparados para ultrapassar os desafios neste horizonte temporal do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027.

Ainda a este propósito, há um outro aspeto que nos merece particular preocupação e que tem a ver com o facto de, muito lamentavelmente, se tornar evidente que é cada vez mais difícil que a União Europeia aprove esse quadro financeiro plurianual antes das eleições europeias.

O facto de, a nível europeu, haver uma opção - e trata-se fundamentalmente de uma opção, não questiono os motivos, mas é uma opção - de remeter uma decisão para depois das eleições europeias é algo que, na nossa perspetiva, apresenta perigos e desafios muito significativos.

Em primeiro lugar, um desafio que tem a ver com a operacionalização dos programas para que entrassem em vigor em 2021, não se repetindo aquilo que aconteceu com o atual quadro comunitário. Em segundo lugar, aquilo que é um desafio mais propriamente político, que tem a ver com o que poderá resultar da composição do Parlamento Europeu nestas eleições de 2019 e que, julgo que para todas as pessoas que acompanham minimamente estes assuntos e que têm naturalmente interesse, é motivo de preocupação e também de alguma apreensão sobre aquilo que acontece neste domínio.

Este é um enquadramento macro a nível europeu, mas gostaria também de deixar duas ou três palavras quanto ao trajeto e ao percurso que temos feito aqui na nossa Região nos mais variados domínios, apenas como notas para a reflexão que acredito que se seguirá e que é importante também.

O motivo pelo qual aqui estou não é apenas para fazer esta intervenção, mas é, sobretudo, para vos ouvir nesta troca de ideias a propósito dos desafios que temos pela frente e daqueles que são os aspetos que requerem a nossa atenção neste momento.

Mas, dizia eu, quanto ao enquadramento regional, nós temos, do ponto de vista do setor do leite e laticínios, desafios muito concretos e muito precisos. Temos, em primeiro lugar, o desafio de reforçar a compreensão de que é inevitável - não há alternativa - um entendimento entre as diferentes componentes do setor.

Se qualquer uma dessas parcelas - produção, transformação, comercialização - por um momento que seja, alimenta a esperança de que, salvando-se a si e deixando cair os outros, pode efetivamente triunfar, na minha opinião, esse é um erro de estratégia, é um erro quanto à visão do futuro deste setor.

Podemos dizer, talvez de uma forma mais crua, que estas três componentes - desde logo estas três, mas não só - estão condenadas a entender-se, estão condenadas a cooperar, estão condenadas a colaborar.

Se é certo que, da parte das entidades públicas, nomeadamente do Governo dos Açores, não podemos, nem devemos fixar preços de venda, nem colocar a esse nível uma intervenção pública que seria, no meu entendimento, desadequada, há algo que o Governo não pode prescindir.

Não pode prescindir quanto aos efeitos daqueles que são os investimentos apoiados com verbas públicas, não pode prescindir de acompanhar a forma como as relações entre essas diferentes componentes se processam quanto a privilegiar a busca de caminhos comuns e de soluções efetivas, porque nenhuma das partes, obviamente, está à vontade para fazer aquilo que até gostaria de fazer.

Há constrangimentos e é essencial que cada um compreenda os constrangimentos do outro, é essencial que cada um também faça o máximo do seu esforço quanto à capacidade de poder fortalecer este setor.

O Governo não se coloca de parte, nem à margem, deste processo e recorrerá aos instrumentos que tem ao seu dispor e que têm a ver com a orientação do investimento público, que privilegia uma ou outra parte.

Hoje, como antes - eu também já passei por aqui, nesta área em concreto - a questão permanece e mantém-se: nós não podemos estar alheios quanto à forma como os investimentos públicos que afetamos a um determinado setor são rentabilizados, utilizados, mobilizados ou podem ter um efeito que transcende cada uma das parcelas específicas em que são feitos, caso da produção, transformação ou comercialização.

O trajeto que o setor do leite e laticínios tem feito na nossa Região é um trajeto de sucesso, globalmente considerado, é um trajeto de sucesso. É um trajeto no qual se salienta, quer do ponto de vista da quantidade, quer do ponto de vista da qualidade, o esforço, o trabalho e, sobretudo, os resultados de excelência que são alcançados, não apenas pela produção, mas pelas várias outras componentes.

Mas não é isso que nos garante o sucesso no futuro. Não é o facto de termos chegado até aqui que nos garante que, no futuro, temos condições, efetivamente, para vencer os desafios com que estamos confrontados.

Questões quanto à competitividade dos produtos de laticínios regionais, à valorização desses laticínios, questões relativas ao próprio custo de produção do litro de leite, à forma como cada um deve estar o mais desperto possível para a racionalidade económica da sua atividade, e o mesmo é dizer para a sustentabilidade da sua atividade e do seu rendimento, são centrais nesta análise que o Governo faz.

Temos, do ponto de vista do investimento público e da afetação de verbas públicas a este setor, um histórico ao longo dos anos, quer ao nível da produção, quer ao nível da transformação, quer ao nível, mesmo que indireto, da comercialização, com campanhas de promoção que visam salientar a notoriedade dos produtos.

O facto de estarmos aqui parece-me fundamental quanto à consciência, à lucidez de encarmos os desafios com que estamos confrontados. O facto de termos chegado até aqui com produções que, no ano passado, cresceram 3,5 %, com um preço de leite pago à produção que cresceu também no ano passado em termos de preço médio, mas que tem ainda um diferencial em relação ao preço que é pago quer no continente, quer na Europa, mas ligando a essa questão também o diferencial de preço que o consumidor paga por litro de leite na Europa, no continente, temos aqui um desafio do qual só conseguiremos sair vencedores se, efetivamente, colaboração, cooperação, entendimento, diálogo, parceria entre as diferentes componentes forem as palavras chave, forem a orientação estratégica que o setor segue.

O Governo aqui esteve, aqui está e aqui estará para, dentro das suas possibilidades, contribuir e ajudar, porque reconhecemos a importância do setor do ponto de vista económico, porque reconhecemos a importância do setor do ponto de vista social, e reconhecemos a importância do setor também do ponto de vista da própria projeção da imagem da Região, que extravasa em muito aquilo que são os limites únicos e exclusivos do setor agrícola e que transcende para outros setores, alguns dos quais emergentes, como é o caso do turismo.

Há outras análises e outras questões que também nos são particularmente importantes e ricas e talvez também bastante significativas de salientar. Aquilo que tem a ver com o comportamento do mercado da carne, por exemplo, aquilo que é o aumento exponencial - e não é preciso ir muito longe, entre 2015 e 2018 - de gado abatido na nossa Região, mas também temos desafios pela frente, é preciso deixar mais valor cá. Dito de outra forma, é para deixar mais valor cá que o Governo está a fazer o investimento que está a fazer na rede de abate, em matadouros.

No Faial, o novo matadouro está já em funcionamento, o da Terceira está também remodelado, o de São Miguel dentro em breve também tem concluídas as obras, o da Graciosa está também em fase final de intervenção.

Nós não fazemos este tipo de investimento, nem optamos por este tipo de investimento de largas de dezenas de milhões de euros apenas como uma forma de esgotar recursos. Isto tem um objetivo. Nós reconhecemos, à semelhança do que acontece com o setor do leite, que há efetivamente uma resposta positiva que tem sido dada, mas não é o facto de, no passado, essa resposta ter sido positiva que resolve os desafios que temos pela frente neste momento.

Precisamos de criar mais valor, precisamos de qualificar mais o nosso produto, e este é um desafio em que estamos efetivamente mobilizados e disponíveis para aquilo que se torna necessário fazer neste domínio.

Há outros setores que me parece também importante salientar, do ponto de vista da diversificação, com incidência sobretudo no setor hortofrutícola e florícola. Há uma resposta muito positiva, sobretudo neste Quadro Comunitário de Apoio, do ponto de vista do aumento das áreas de cultivo e também da quantidade de produtos que são produzidos, mas, neste particular, há um desafio que se torna necessário encarmos.

Não nos deve bastar apenas a questão da substituição das importações, nós acreditamos que este é um setor que tem potencial para ser um setor exportador, contribuinte da exportação.

Deste ponto de vista, para além desta área que tem sido desenvolvida e para além daquilo que tem sido o trabalho feito, da grande resposta que, da parte do setor privado, tem sido dada em relação a estas matérias, é necessário continuarmos este trabalho, provavelmente articulando também com outras componentes de política, nomeadamente ao nível dos transportes, é isso que estamos também a trabalhar, quer aéreos, quer marítimos, para termos a continuação deste crescimento em termos efetivos, quer de investimento, quer de produção.

Temos também, ao nível do setor florestal, uma resposta muito significativa. No último ano tivemos a aprovação de cerca de 90 projetos de investimento neste setor, em particular.

Aquilo que temos tentado fazer, de utilizar recursos públicos para dinamizar este setor através da concessão, com um conjunto de obrigações, independentemente das perspetivas, que podem ser diversas quanto a estas matérias, é ajudar a dinamizar este setor, trazendo, por essa via, novas oportunidades de negócio e novas oportunidades de mercado.

No fundo, são ideias que se colocam e dados que relevam para aquilo que podemos considerar um ponto de situação, não apenas deste setor específico que referi, mas em termos de todo o setor agrícola da nossa Região.

A concluir, se há ideia que eu gostaria de vos deixar neste momento e, no fundo, dar também um contributo para a reflexão que me parece importante ser feita neste domínio, prende-se fundamentalmente com o seguinte: nós temos uma envolvente externa particularmente desafiante por aqueles aspetos que vos acabei de referir. Essa envolvente externa obriga a que se reforce a componente da articulação, do diálogo, da concertação entre os diversos intervenientes.

É por esta via que teremos melhores condições, por exemplo, para, face à União Europeia, nos variados elementos onde estamos representados, podermos fazer vingar as nossas pretensões, podermos fazer valer as nossas opiniões, mas isso não nos pode fazer ignorar aqueles que são os desafios internos que nós temos.

Da nossa parte, da parte pública, obviamente que julgamos ter consciência clara daquilo que temos pela frente. O esforço que tem sido conseguido de forma satisfatória do ponto de vista do investimento público em áreas que são essenciais para a competitividade deste setor.

Aquele que tem sido o apoio não só na produção, mas nas outras componentes também. Um esforço cada vez mais claro quanto à promoção da Região e à notoriedade da Região como fator de atratividade para o consumo de produtos regionais, para o consumo daquilo que nós produzimos, por essa via indireta também conseguimos dar esse contributo. E uma terceira grande componente, que tem a ver com o conjunto de outras áreas, entre as quais os transportes, que relevam para a fluidez e para a articulação de todo esse processo.

O Governo Regional está interessado na análise que resulta deste Conselho, sobretudo na perspectiva de, não esquecendo aquelas que são as componentes particulares, os casos específicos, as dificuldades ou os desafios que podem ser mais ou menos momentâneos, termos uma abordagem mais estratégica e mais a longo prazo da forma como nos posicionamos, dos desafios que temos para vencer e daquilo que temos que fazer para vencê-los e vencê-los com sucesso.

Muito obrigado pela vossa atenção e bom um trabalho.